



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

2025/CPI/002 - Aquisição Serviços Transporte Académico

Caderno de Encargos

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

30 de maio de 2025

Criado por: IPVC

2025/CPI/002 - Aquisição Serviços Transporte Académico

Caderno de Encargos

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Entidade pública adjudicante	4
Objeto da adjudicação.....	4
Contrato	4
Financiamento do contrato	4
Prazo de execução do contrato	5
Gestor de contrato.....	5
Preço Base.....	5
Preço Contratual	5
Alterações ao Contrato	6
Condições de Pagamento.....	6
Sigilo	6
Penalizações.....	7
Subcontratação e Cessão da posição contratual.....	7
Casos fortuitos ou de força maior.....	8
Cessação do contrato.....	8
Rescisão do contrato	8
Legislação aplicável e foro competente	9
Caução	9
PARTE II – Responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC	9
Objetivo.....	9
Âmbito.....	9
Responsabilidade	9
Regras a cumprir no interior das instalações do IPVC	10
PARTE III - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS	10
Locais de fornecimento do serviço.....	10
Atividades Desenvolvidas no IPVC	10
PARTE IV - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS.....	11
Caracterização Genérica do Serviço.....	11

Especificações Técnicas	11
Dever de Colaboração	15

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o **Instituto Politécnico de Viana do Castelo**, abreviadamente designado por IPVC, pessoa coletiva n.º 503 761 877, com sede na Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo.

Artigo 2º

Objeto da adjudicação

O objeto do contrato consiste na aquisição de serviço de transporte académico para o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nas condições estabelecidas no presente caderno de encargos e de acordo com a subcategoria 60112000-6 - Serviços de transporte público rodoviário-, previstas no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro (CPV).

Artigo 3º

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 4º

Financiamento do contrato

1. O encargo previsto no contrato será suportado pelo Orçamento do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Artigo 5º

Prazo de execução do contrato

1. O contrato tem início a 15/09/2025 e termo a 30/06/2026, podendo ser alvo de até 2 renovações pelo mesmo período.

Artigo 6º

Gestor de contrato

Ao abrigo do art.º 96.º do CCP o gestor de contrato nomeado para o presente procedimento é Vitor Monteiro, funcionário do IPVC, com a função de acompanhar permanentemente a execução do presente contrato, sendo que toda e qualquer anomalia, defeito ou desvio às cláusulas do mesmo devam ser reportadas por si e de imediato ao órgão competente, fazendo-se acompanhar por relatório com o elenco das medidas corretivas que julgue necessárias, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP.

Artigo 7º

Preço Base

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), o valor para efeito do preço base global do procedimento é de **751.800,00 euros** (*2 renovações previstas), ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado, preço fundamentado em preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.
2. A informação pertinente resultante da consulta preliminar será, caso seja solicitada, disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, após terminado o prazo de apresentação de propostas, através de um pedido em “outras comunicações” na plataforma Acingov.

Artigo 8º

Preço Contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o IPVC deve pagar ao fornecedor o preço constante das propostas adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 9º

Alterações ao Contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzira efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, a outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação a data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b. Decisão judicial ou arbitral;
 - c. Razoes de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir a modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 10º

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias, nos termos previstos no art.º 299.º do CCP, após a receção pelo Instituto das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida de acordo com as regras contabilísticas aplicadas.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Artigo 11º

Sigilo

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Artigo 12º

Proteção de dados pessoais

1. O segundo outorgante obriga-se ao estrito cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, na redação que lhe foi dada pela Retificação de 4 de maio de 2018, publicada no Jornal Oficial da União Europeia de 23 de maio de 2018, nomeadamente no que diz respeito às obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe sejam transmitidos pelo primeiro outorgante para efeito de execução do presente contrato, bem como ao cumprimento da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD (“Lei de Execução Interna”).
2. O segundo contratante compromete-se a adotar e apresentar garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a se satisfaçam os requisitos do RGPD no tratamento dos dados pessoais e a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
3. O segundo outorgante compromete-se ao cumprimento das demais obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais.

Artigo 13º

Penalizações

1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das prestações do contrato por parte do adjudicatário e das garantias dadas, poderá o Instituto Politécnico de Viana do Castelo interpelar o adjudicatário para cumprir pontualmente as tarefas contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que o Instituto Politécnico de Viana do Castelo sofra na sequência de tais atos.
2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior, deverá o adjudicatário cumprir imediatamente e de forma integral e satisfatória a prestação em falta.
3. Em caso de atraso na conclusão da execução do serviço por facto imputável ao segundo outorgante, o primeiro outorgante pode aplicar, se assim o entender, uma sanção contratual pecuniária, por cada dia de atraso, de acordo com a lei (art.º 329.º do CCP).
4. Para o efeito do disposto na cláusula anterior, não se considera que o segundo outorgante deu início à execução do serviço enquanto não tiver assinado o contrato.

Artigo 14º

Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b. A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. A cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante deve cumprir o estipulado no artigo 318.º-A do CCP.

Artigo 15º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 16º

Cessaçãõ do contrato

1. O IPVC pode rescindir o contrato, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente Caderno de Encargos ou na Lei.

Artigo 17º

Rescisãõ do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações deste contrato, no prazo previsto no artigo 5.º do presente caderno de encargos.
3. A rescisão não prejudica o pagamento ao adjudicatário dos serviços já prestados em conformidade com o contrato.
4. A rescisão não poderá afetar os serviços num prazo inferior a 60 dias úteis a contar da data da notificação.

Artigo 18º

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
2. Para dirimir todas as questões emergentes do contrato será o Tribunal Administrativo e Fiscal, com competência na matéria e no território, sem prejuízo da faculdade legalmente prevista de as partes poderem, se assim o acordarem, celebrar compromisso arbitral, submetendo qualquer eventual questão a decisão por arbitragem.

Artigo 19º

Caução

1. Caso o preço contratual seja superior a 500.000,00 euros é exigível uma caução de 5%.

PARTE II – Responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC

Artigo 20º

Objetivo

O desempenho social, ambiental e económico do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) depende também do desempenho dos seus fornecedores. Desta forma, para que o IPVC possa concretizar os seus objetivos, é também necessário, que todas as entidades contratadas por este partilhem dos princípios e valores estabelecidos.

No âmbito do seu Sistema de Gestão e para garantir o cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis, das normas NP EN ISO 9001, NP 4469 e NP 4552, o IPVC disponibiliza na sua página (<https://www.ipvc.pt/ipvc/sistema-de-gestao/apresentacao/>), todos os princípios de responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC.

Artigo 21º

Âmbito

O disposto no número anterior é aplicável a todas as entidades adjudicatárias resultantes deste procedimento.

Artigo 22º

Responsabilidade

1. O fornecedor é responsável pelo cumprimento integral dos requisitos legais e pelos requisitos definidos no presente capítulo, devendo monitorizá-los e verificar o seu cumprimento, desde o momento o momento da adjudicação e aceitação da nota de encomenda.
2. O incumprimento dos requisitos e dos princípios de responsabilidade social e ambiental dos fornecedores perante o IPVC poderão originar a suspensão da execução do contrato ou a sua cessação.

Artigo 23º

Regras a cumprir no interior das instalações do IPVC

1. É da responsabilidade dos fornecedores dar a conhecer aos seus colaboradores e subcontratados as regras estabelecidas neste regulamento, de forma a assegurar o seu cumprimento.
2. O fornecedor e os seus trabalhadores, quando acederem às instalações do IPVC, devem cumprir os seguintes requisitos:
 - a. Cumprir integralmente a legislação aplicável, nomeadamente os aspetos relativos à Segurança e Saúde, Ambiente e Relações de Trabalho.
 - b. Respeitar as regras e sinalização de segurança existente;
 - c. Assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com atividades desenvolvidas;
 - d. Respeitar as regras de separação de resíduos;
 - e. Caso ocorra algum acidente durante a prestação do serviço ou fornecimento de bens, comunicar de imediato, devendo ser elaborado e disponibilizado ao IPVC um relatório escrito, com a análise das causas e ações correção e corretivas aplicadas e/ou a aplicar;
 - f. Numa situação de emergência e em caso de evacuação, obedecer com rigor às instruções dadas pelos elementos das equipas de evacuação ou responsável interno.

PARTE III - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS

Artigo 24º

Locais de fornecimento do serviço

O fornecimento dos serviços será prestado nos seguintes locais:

- a) O serviço de transportes deverá cobrir todas as Escolas do IPVC e todas as sedes de Concelho do Distrito de Viana do Castelo.

Artigo 25º

Atividades Desenvolvidas no IPVC

1. O IPVC é uma instituição pública de ensino superior que tem como missão, difundir e transferir conhecimento e cultura, promover a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior.

PARTE IV - CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

Artigo 26º

Caracterização Genérica do Serviço

Os serviços a prestar no âmbito do presente procedimento concursal deverão responder às necessidades do funcionamento do projeto do “BUS Académico do Alto Minho”.

Artigo 27º

Especificações Técnicas

Os serviços a adquirir têm as seguintes especificações técnicas:

- De forma a garantir a qualidade dos serviços prestados, os equipamentos a afetar a este serviço deverão ser aprovados pelo IPVC, não podendo os mesmos serem alterados no decorrer do contrato sem expressa autorização.
- Os equipamentos de transporte deverão cumprir todas as normas legais necessárias à sua operação, bem como deverão ser mantidos em boas condições de funcionamento e limpeza.
- Os equipamentos de transportes a afetar ao serviço de transporte exclusivo para as 3 rotas contratadas, deverão cumprir os seguintes requisitos mínimos:
 - Lotação mínima de 55 lugares;
 - A idade admissível dos autocarros a afetar a este serviço deverá ser inferior ou igual a 23 anos;
 - Wi-fi gratuito para os passageiros;
 - Disponibilização de espaço no óculo traseiro e na lateral dos autocarros e assegurar a impressão, em vinil autocolante, de informação e/ou publicidade sobre o serviço “Bus académico” ou sobre o IPVC, de acordo com o template gráfico definido pelo IPVC;
 - Ar Condicionado.
- Todos os equipamentos afetados ao serviço deverão dispor de sistema de controlo de acesso com sistema para os passageiros detentores de passe mensal, através de cartão com a tecnologia RF-ID.
- Disponibilização de acesso ao back-office do sistema de controlo de acessos para consulta de dados relativos à utilização do serviço.
- Cedência de ferramenta de tracking, com capacidade real-time e histórico até, pelo menos, 3 meses.

Caraterização das rotas e dos itinerários do serviço

1- Rotas exclusivas do serviço para o IPVC:

Rota 1 – viagem de ida e volta com a duração máxima de 01:30m entre ESTG – Central Viana do Castelo – ESE – Ponte de Lima – Refoios – Ponte de Lima – ESE – Central Viana do Castelo – ESTG.

ESTG	Central de Viana	ESE	Pontede Lima	Refoios do Lima	Ponte de Lima	ESE	Central de Viana	ESTG
07:00	07:05	07:10	07:35*	07:45	07:55	08:20	08:25	08:30

Rota 2 – viagem de ida e volta com duração máxima de 1:40m entre Arcos de Valdevez – Ponte da Barca – Refoios – Ponte de Lima – S. Pedro da Torre – Valença - Monção – ESDL – Melgaço.

Central Arcos de Valdevez	Ponte da Barca	Refoios do Lima	Ponte de Lima	S. Pedro da Torre	Valença - ESCE	Central de Monção	ESDL	Central de Melgaço
07:00	07:10	07:25	07:35*	08:00	08:05	08:25	08:45	08:50

***Nota:** A Rota 1 e a Rota 2 cruzam-se em Ponte de Lima às 08:05.

Rota 3 – viagem de ida e volta com duração máxima de 1:40m Melgaço – Monção – Valença – S. Pedro da Torre – Vila Nova de Cerveira – ESE – Central Viana do Castelo – ESTG.

Central de Melgaço	Central de Monção	Valença – ESCE	S. Pedro da Torre	V. N. de Cerveira	ESE	Central de Viana	ESTG
07:00	07:20	07:40	07:45	08:00	08:20	08:25	08:30

2- Horários suplementares às rotas do Bus Académico

Assegurar a disponibilização de horários suplementares às rotas do Bus Académico, serviço que poderá ser assegurado através de utilização da rede de transportes públicos ou assegurado por equipamentos próprios.

Garantir a interligação do cartão de acesso para que cada aluno tenha um só cartão que funcione simultaneamente no Bus Académico e nos horários complementares indicados abaixo.

Este serviço não deverá apresentar qualquer custo adicional para os alunos, ou para o IPVC, devendo os horários serem compatíveis com a frequência das aulas nas Escolas do IPVC.

Percurso A: Central de Viana do Castelo-Central de Ponte de Lima-Central de Viana do Castelo

Local de Saída	Local da Chegada		Horário de Saída (a partir das)	Horário de Chegada (até às)
Central de Viana do Castelo	Central de Ponte de Lima	Manhã	07:00	07:40
		Manhã	09:15	10:05
		Manhã	10:30	11:20
		Manhã	11:30	12:35
		Tarde	13:40	14:20
		Tarde	17:15	17:55
Central de Ponte de Lima	Central de Viana do Castelo	Manhã	07:20	08:10
		Manhã	08:00	08:50
		Manhã	10:00	10:50
		Manhã	11:20	12:10
		Tarde	13:35	14:25
		Tarde	18:35	19:25

Percurso B: Paredes de Coura - Viana do Castelo - Paredes de Coura

Local de Saída	Local da Chegada	Manhã	Horário de Saída	S.P. Torre	V.N. Cerveira	Caminha	V.P. Âncora	Horário de Chegada
Paredes de Coura	Viana do Castelo		07h00	07h30	07h50	08h00	08h25	08h50
Local de Saída	Local da Chegada	Tarde	Horário de Saída	V.P. Âncora	Caminha	V.N. Cerveira	S.P. Torre	Horário de Chegada
Viana do Castelo	Paredes de Coura		17h20	16h45	17h00	17h15	17h25	17h35

Percurso C: Paredes de Coura - Melgaço - Paredes de Coura

Local de Saída	Local da Chegada	Manhã	Horário de Saída	S.P. Torre	Valença	Monção	Horário de Chegada
Paredes de Coura	Melgaço		07h15	07h45	07h55	08h25	08h50
Local de Saída	Local da Chegada	Tarde	Horário de Saída	V.P. Âncora	Caminha	V.N. Cerveira	Horário de Chegada
Viana do Castelo	Paredes de Coura		16h20	16h45	17h00	17h15	17h35

Artigo 28º

Dever de Colaboração

O IPVC obriga-se a colaborar com o adjudicatário na adoção de soluções e na obtenção dos meios necessários ao correto desempenho dos serviços ou fornecimento dos bens ou serviços.